

ATA Nº 12/2016 – da primeira Oficina temática: Mobilidade Urbana / Acessibilidade para compor a Revisão do Plano Diretor do Município de Francisco Beltrão.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão, reuniu-se a coordenação e assessoria dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal, para a qual foram convidados os integrantes da Equipe Técnica Municipal – ETM, bem como da Comissão de Acompanhamento – CA e demais cidadãos interessados, sendo que se deu publicidade do evento e pauta na edição nº 6.091 do Jornal de Beltrão do dia 07/12/2016 página 16, entrevista no programa Café com Notícias da rádio Continental FM no dia 07/12/2016 às 08h30, e banner do convite na página principal do sítio da prefeitura [www.franciscobeltrao.pr.gov.br](http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br) a partir do dia 02/12/2016. Conforme lista de presença disponível registram-se os seguintes participantes: 01 Silmara Brambilla Strassburger – Lahsa Consultoria; 02 Rudimar Antonio Czerniaski – Debetran; 03 Nelson Venzo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 04 Osmar José Urio - Secretaria Municipal de Esportes; 05 Adão Evangelista – ADFVFB; 06 Félix Padilha – ADFVFB; 07 Vilmar da Motta – ADFVFB; 08 Ertal Oliveira Júnior – Ertal Arquitetura; 09 Ertal de Oliveira – Ertal Arquitetura; 10 Ricardo Carvalho Leme – Unioeste; 11 Rosana Cristina Bomal Leme – Unioeste; 12 Fernando C. Manosso – UTFPR; 13 Clério Plein – Unioeste; 14 Nivaldo M. de Paula - Debetran; 15 Ademir Strassburger – Lahsa; 16 Josiane Apolinário – Debetran; 17 Maiara Fill - Debetran; 18 Silvana Fátima Flores – Debetran; 19 Ilianes Fieira – Debetran; 20 Ian Drehmer – Debetran; 21 João Henrique Alves Cerqueira – UTFPR; 22 León S. Erhard – UTFPR; 23 Lindomar J. Czerniaski – Debetran; 24 Alana Jaqueline Cavazini – Unioeste; 25 Daniella Rosa Marques de Oliveira – Unioeste; 26 Suzane Vollmerhausen – Secretaria Municipal de Educação; 27 Gervásio Alvício Kramer - Secretaria Municipal de Planejamento; 28 Sônia Faust – DIPPM; 29 Hélio de Oliveira – Unibel e Câmara de Vereadores; 30 Cássia Gaieski Gonzatto – Unioeste; 31 Patrícia Londo – Unioeste; 32 Taís C. Dal Pra Gorniak - Unioeste; 33 Evair Pedro Dalmozo – Unioeste; 34 Rudimar Ernandes Waldoviecz - Unioeste; 35 Amanda Appel Gonzatto - Unioeste; 36 Caroline Aveozani Adria - Unioeste; 37 Nileide T. Perszel - Secretaria Municipal de Planejamento. Iniciada a reunião, o Secretário de Planejamento Gervásio Kramer agradeceu a presença, dizendo ser a primeira oficina temática conforme definido na última reunião, e que os trabalhos desta oficina serão conduzidos pela coordenadora Sônia Faust e a assessora Silmara Brabilla Strassburger com a colaboração do Diretor do Departamento de Trânsito Rudimar Czerniaski. Passando a palavra a Coordenadora Sônia Faust que após cumprimentos disse da importância do tema, e que o objetivo da oficina é elaborar uma proposta de cidade acessível para o futuro; a seguir anunciou a apresentação do vídeo institucional que tratou de Mobilidade e transportes urbanos, abordando aspectos gerais da Lei nº 12.587 de 2012 que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, e determina que municípios com mais de vinte mil habitantes devem elaborar seus planos de Mobilidade Urbana para receber recursos do Governo Federal para fins específicos e que dentre as principais conquistas destacam-se: priorização dos modais não motorizados e do transporte público coletivo; estabelece padrões para emissão de poluentes; o que tornará possível promover uma mudança de paradigma a curto e médio prazo, na direção de cidades justas e com qualidade de vida para todos. O vídeo ainda orienta gestores para o processo de financiamento para Mobilidade Urbana, expressos a partir do artigo 21 (Planejamento e Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana). Após exposição do vídeo, Sônia convidou Rudimar Czerniaski, diretor do Departamento de Trânsito – Debetran, para abordar situações vivenciadas no trânsito de forma geral no perímetro urbano. Rudimar agradeceu aos participantes que mesmo depois de um dia de trabalho se dispuseram a estarem

presentes para a oficina, informou inicialmente que Francisco Beltrão é cidade pólo da região para compras, negócios, lazer, entretenimento, bem como de visitação atraídas por nossos belos parques e o turismo rural. Rudimar falou que por ocasião da implantação do modelo binário de vias e ciclovias no início de 2014, houve notável avanço no que tange à Mobilidade Urbana, separando trânsito de veículos e bicicletas e os traçados entre os parques Alvorada e Jayme Canet, locais onde os cidadãos buscam espaço adequado para caminhar, pedalar e lazer ou simplesmente passear ou descansar a beira de lagos; estas alterações aprovadas satisfatoriamente pela população e visitantes. Disse que os binários contribuíram para queda no índice de acidentes, gerou fluência no trânsito com semáforos sincronizados instituindo a onda verde, destacou que o controle de velocidade nesses locais ainda precisa ser maior, apesar de já existirem dois pontos de controle eletrônico de velocidade na Rua Curitiba. Rudimar destacou que a partir do Decreto Municipal 148/2004 e 3345/2007 que dispõe sobre a implantação de estacionamento regulamentado denominado FAIXA AZUL nas vias públicas centrais, os agentes de trânsito passaram a emitir lavratura de autos de infração por ação civil pública, após passarem por treinamento e concurso, também com assessoria da empresa Lahsa. As atividades do Debetran através dos agentes de trânsito ainda consistem em sinalizar locais de obras, de eventos ou com aglomeração de pessoas visando segurança, sinalização de carga e descarga perigosas e sinalização em locais de acidentes inclusive com remoção de veículos atingidos para evitar outros acidentes. Rudimar comentou que ainda com assessoria da Lahsa o Debetran tem executado pinturas de vias e faixas principalmente em cruzamentos onde há necessidade de recuo de cinco metros, o que tem surtido efeito na redução de acidentes e certos locais como exemplo, o cruzamento da rua da Prefeitura com o Beltrão Palace Hotel. Mencionou a cultura de concentrar comércio no centro da cidade afogando o transporte em horários de pico, a rota de caminhões de grande porte que ainda passam pelo centro danificando redes de telefonia e energia, ocasiões que demandam também atendimento da equipe do Debetran. Atendimento também nos Bairros como: obras irregulares invadindo espaço público; calçadas obstruídas, veículos velhos abandonados em acostamento de vias, em consequência da facilidade em financiamentos de veículos novos nos últimos anos aumentou esse tipo de problema, além do aumento de tráfego. Opinou voltar olhar ao deslocamento a pé e por bicicletas no centro da cidade, pois há cultura do cidadão ter que parar seu carro em frente ao estabelecimento pretendido. Finalizando, Rudimar se dispôs a responder questionamentos dos participantes. Hélio de Oliveira da Unibel enfatizou a questão de trânsito de caminhões no centro, citando exemplo da J. Catarino Pires manobrando constantemente caminhões obstruindo e causando lentidão no trânsito, nos bairros caminhões da Sadia parados causando mau cheiro. Professor Unioeste Ricardo Leme dirigiu questionamento a assessora Silmara quanto ao processo organizado para a temática da oficina, qual a dinâmica para debates. Silmara no uso da palavra destacou o considerável aumento de veículos nas ruas, sendo lotadas nos últimos anos devidos as facilidades para aquisição, e da tendência em aumentar a cada ano, e que nossas vias não suportam o número atual da frota; citou exemplo da própria Rua Octaviano Teixeira dos Santos, rua da prefeitura, que com a abertura da nova ponte construída sobre o Rio Marrecas que inaugura nos próximos dias, receberá maior fluxo de veículos vindos de outros bairros para acessar o centro; e da necessidade de priorizar o trânsito de pedestres, bicicletas e ônibus, a automóveis. Destacando o assunto Mobilidade Urbana, Silmara apresentou em tela sistemas de transportes, e os modais que priorizam o transporte público, e no caso de Francisco Beltrão, o transporte coletivo por ônibus, sendo que atualmente o novo contrato adequado a Lei de Mobilidade Urbana ainda está em transição de bilhetagem convencional para eletrônica, que prevê outros pontos de integração entre rotas não sobrecarregando o terminal central, permitindo

racionalização na rede de linhas, itinerários planejados com alimentador adequando a integração temporal com passagem única dentro de determinado tempo permitindo acessar vários locais dentro do tempo determinado; em obstáculos a implantação deste, Silmara citou grande número e constantes solicitações de lombadas que chegam à Secretaria, necessitando mudar a cultura, para tornar possível a agilidade do transporte público; informou estudos para retirar do local o atual terminal de transporte público, hoje local impróprio no centro da cidade, que também dificulta o trânsito das ruas Antonio de Paiva Cantelmo e Porto Alegre, substituindo o terminal por pontões, apresentou imagens do projeto, sendo quatro outros pontos maiores em locais de maior circulação, padronizados com estrutura adequada equipados com bancos, bebedouros mapas dos trechos em local de destaque, etc. No tocante às calçadas, Silmara destacou o programa “novos caminhos” que incentiva a construção de calçadas acessíveis em parceria com moradores e comerciantes, lembrando que as calçadas são de responsabilidade dos proprietários dos imóveis e este programa tem o intuito de incentivar as melhorias e manutenção, pois o proprietário entra com o material e a prefeitura com a mão-de-obra. Mesmo assim apesar de norma de padronização, sempre há proprietários que tendem a adaptar a calçada com sua entrada de veículo elevando o nível e até mesmo rampas, bem como comerciantes adaptando a calçada a altura de sua porta de entrada da loja, citou o caso em que o proprietário de comércio construiu degraus de escada para acesso à loja, tudo isso dificultando à cadeirantes, deficientes visuais e acessibilidade de modo geral. Atualmente as ciclovias, ciclofaixas ou rotas ligando centro aos bairros e parques. Pouca segurança ainda para ciclistas, principalmente nos cruzamentos sendo registrados 95% de acidentes com ciclistas em cruzamentos onde 50% são responsáveis os próprios ciclistas. Cultura tímida para o uso da bicicleta. No conceito atual de Planejamento Urbano, se tenta mudar a cultura das cidades descentralizando o comércio, levando agências, bancárias, instituições aos bairros, para Francisco Beltrão deverá ser revisto zoneamento de 2006. Calçadas com qualidade propícia ao uso da bicicleta, vias compartilhadas com outros modais, tornar harmoniosa a convivência do trânsito. Apresentou Quadro de possibilidades e desvantagens. Ilustrou com imagens das vias como eram e as mudanças até agora implantadas. Silmara finalizou disponibilizando mapas impressos, imagens ilustrações e projetos nas paredes da sala, para consultas dos participantes, colhendo idéias e sugestões. Professor Ricardo Leme no uso da palavra solicitou à coordenação rever o prazo, até final de março para conclusão da revisão do Plano Diretor, sendo que as próximas oficinas acontecerão somente em fevereiro e solicitou informações de movimento de técnicos da prefeitura integrantes da ETM que solicitaram se retirar da Equipe Técnica Municipal. Abordando a temática da oficina, Ricardo falou da cidade caracterizada por relevo acidentado, declives e aclives que começam no meio fio, presente nas áreas centrais e reproduzidas nas áreas periféricas. A nova Lei do Plano Diretor deve abordar e punir quem desrespeita as normas, colocar regras aos loteadores, e intensificar a fiscalização. Nem mesmo nas implantadas ciclofaixas há fiscalização, nas próprias situações enfrentadas pelo Debetran porque não há fiscalização suficiente. O professor sugeriu calçadas largas o suficiente para circulação das pessoas, plantas, postes de iluminação; sugere também alargar os passeios públicos para garantir boa circulação. Elogiou a implantação da ciclovia, mas que ajustes são necessários, como exemplo citou a dificuldade para o transporte coletivo, ao descer passageiro em pontos com a porta em lado oposto a ciclofaixa. Ricardo destacou que Francisco Beltrão está se transformando em cidade universitária, necessário prever linhas interuniversitárias inclusive com o hospital regional que futuramente tende a ser hospital universitário. Comentou a recém ocorrida audiência pública estadual para debater o modelo de concessão de rodovias no sudoeste, onde falta projeto de acesso a penitenciária estadual. Ricardo parabenizou a administração pública

municipal pela implantação dos binários, dar atenção nos corredores de acesso, pensar numa entrada e saída a trevos. As questões do Interior, prever acesso, tipo trevo do Detran. Além de prever o planejamento da área urbana, observar o Sistema de Hidrografia trabalhar idéias de redes de pontes, interligando os bairros para favorecer fluxo de veículos, recomendou contemplar no Plano Diretor. Para área central sugere a regra de exigir projetos de estacionamento privado para empresas e comércio (em fundos do estabelecimento ou no subsolo), a tendência é que se coloque toda responsabilidade para o poder público, atualmente autoriza-se construção de estabelecimentos comerciais e financeiros não prevendo estacionamentos. Para loteamentos é tendência ampliar seu espaço em detrimento das áreas públicas. Para os Vazios Urbanos encontrar soluções, para concentração de caminhoneiros no perímetro urbano falta regulação. Na questão da acessibilidade, inclusão de sinalizadores sonoros facilitando aos portadores de deficiências. Ricardo finalizou e agradeceu atenção. Sônia agradeceu a contribuição do professor e disse ser este exatamente o objetivo das reuniões e oficinas. Apresentou-se João Henrique da UTFPR movimento estudantil, solicitou opinar sobre Mobilidade Urbana e indagar sobre algumas questões, disse que o acesso à Comunidade Santa Bárbara fica intransitável em alguns momentos devidos a obras ali realizadas, sugere um plano de ciclorrotas para acesso a universidade. Silmara e Sonia, confirmaram que está em estudos a implantação, João Henrique observou que já por algum tempo há comentários de se iniciar obras de adequação e que não aconteceu, portanto expressou formalizando pedido. Com relação ao centro da cidade questionou espaço de pedestres utilizados por carros nos horários de missa na Concatedral. Rudimar respondeu que não é permitido, e que nestes dias a fiscalização é alternada com a Polícia Militar, falta fiscalização, mas a lei existe. João Henrique indagou se pode realizar denúncia, Rudimar esclareceu que poderá ser feita denúncia ao agente de trânsito no local e na ausência deste, para o canal 190 da Polícia Militar. Continuando João Henrique informou do espaço utilizado pelos acadêmicos na calçada em frente ao Bar do Plets perguntando se seria a mesma situação. Rudimar respondeu que é feita interdição de vias quando solicitado, nos casos da Av. Julio Assis Cavalheiro e Rua Florianópolis, citou o artigo terceiro do código de posturas do Município. Sonia complementou esclarecendo que se trata de espaço público de circulação, e se ocupado pelo estabelecimento está irregular segundo o código de posturas. Silmara da assessoria confirmou a irregularidade da situação exposta, e continuou informando também instalação de pára-ciclos na área urbana, para permitir a integração dos modais de transporte. Para responder a pergunta do professor Ricardo sobre o cronograma dos trabalhos de revisão do Plano, Sônia se pronunciou que realmente houve atraso por conta da alteração na direção do departamento e em seguida o período eleitoral quando as reuniões públicas estiveram suspensas, porém lembrou que outras leis que compõem o Plano Diretor são de 2007 porém o prazo termina em junho de 2017. Sobre o pedido de afastamento de integrantes da Equipe Técnica Municipal - ETM, Sonia informou que foi encaminhado ao secretário de planejamento. Gervásio Kramer respondeu que realmente recebeu protocolo despachado pelo prefeito com pedido de desligamento de alguns membros da Equipe Técnica Municipal, mas disse que em sua opinião foi por questões pessoais que os levou a esta decisão, associado ao período eleitoral, ao conforto pessoal e ainda motivado pela complexidade dos trabalhos que envolvem a revisão do Plano Diretor; citando o próprio exemplo desta oficina que acontece numa sexta feira à noite, quando tantos dos que aqui estão deixaram seu convívio familiar, para exercerem a cidadania colaborando na construção de tão importante lei que é a do Plano Diretor. Ainda o Secretário Gervásio observou que as secretarias continuam sendo representadas com membros que também compõem a Comissão de Acompanhamento - CA. Continuando os trabalhos, o professor Fernando Manosso da UTFPR coordenador do grupo Pedala-Beltrão,

parabenizou a equipe de trabalho com o tema, as falas com linguagem de uma legislação inovadora, com a política de Mobilidade Urbana, formação de técnicos, destacando que este é um momento de transição, pois ainda impregnada pela cultura de pensar na cidade para o carro, e com a nova legislação começa a vir a tona a questão de urbanistas pensar a cidade de outra maneira, disse esperar que esta linguagem de mudança de conceitos esteja presente na legislação do Plano Diretor. Declarou discordar do professor Ricardo Leme no ponto dos estacionamentos, não teremos espaço no futuro para cada cidadão deslocar-se com seu carro para uma loja ao mesmo tempo em mesmo período e horário, comentou o fato de que em São Paulo morrem pessoas mesmo sem ter um carro. Mobilidade Urbana é problema de Saúde Pública, pois acidentados tiram vagas em UTI's, para isso Fernando colocou-se a disposição pra colaborar para a questão integrar o Plano Diretor. Sobre as limitações das ciclofaixas, opinou repensar e aprimorar, fazer constar da legislação para aos poucos ir mudando a cidade; referindo-se a questão do Bar do Plets há pouco colocada, citou o projeto acadêmico do curso de arquitetura quando foram instalados *parklets* temporariamente na região central com objetivo de proporcionar espaço de convívio e lazer para pessoas em lugar de vaga de veículo. Vilmar da Motta, presidente da Associação de Deficientes Físicos pediu a palavra, destacou que o transporte público não tem atendido deficiente físico e visual, citou fato ocorrido com colega deficiente visual que embarcou pediu informação do itinerário e acabou percebendo que não era o trajeto desejado, sugere sonorização funcional para informações no interior de ônibus; considerando as novas tecnologias e que a maioria dos deficientes fazem uso deste recurso, sugeriu desenvolver em parceria com as universidades um aplicativo de celular específico como já existem em outros países orientando o deficiente onde o ônibus se encontra, o tempo de deslocamento e itinerário. Ao finalizar Vilmar opinou sobre utilização indevida de calçadas que se tornam obstáculos aos portadores de deficiências. A coordenadora Sônia informou que a cidade hoje conta com o índice de 85% de urbanização e apenas 3,5% de eficiência em calçadas acessíveis a todos, considerando deficientes, idosos, mulheres com crianças, etc. Neste tema, Fernando Manosso falou da consciência dos urbanistas e arquitetos que trabalham com normativas, interligação ciclofaixas e calçadas, porém a lei atual deixando na mão do proprietário a responsabilidade das calçadas causa desconexão, sugere ao poder executivo chamar para si total responsabilidade e cobrar no IPTU o que cabe ao proprietário, desta forma padronizando a estrutura, projeto, tipo de pavimento e espécie de árvores apropriadas. Silmara endossa dizendo que a quem pertence ditar regras é o Poder Público, pois existem cidades com Plano Diretor com leis criadas e engavetadas, sendo conduzido conforme o pensamento do gestor. Rudimar observou que de modo geral, a largura das calçadas prioriza o veículo e esquece o espaço destinado ao pedestre e ciclistas, necessário evoluir na coexistência destes. Agradeceu a oportunidade de estar explanando. Gervásio salientou as palavras do professor Fernando: se olharmos para loteamentos mais antigos num passado recente onde nem se exigia pavimentação aos loteadores, somente a abertura de rua, nem mesmo rede elétrica ou galerias fluviais, atualmente constitui lei a execução de toda infraestrutura além do saneamento básico; no novo Plano está em estudo lei de arborização, paisagismo, apontando quais as espécies que podem ser cultivadas em calçadas conforme o local, estabelecer parâmetros como distancia entre elas, época de plantio, profundidade pra poder se desenvolver, não misturar espécies, atualmente há ruas com até cinco espécies diferentes em desarmonia algumas inadequadas, inclusive substituição de árvores doentes e estamos próximos de regulamentar o paisagismo aos loteamentos. Professor Ricardo sugere estabelecer que o loteador só possa entregar o empreendimento com o passeio construído, inicialmente encontrará resistência, pois vai diminuir margem de lucro, necessita normatização pensando na acessibilidade e mobilidade, o que se vê hoje

são absurdos cometidos por loteadores, escavações sem parâmetro num relevo não favorável, muros de mais de 10 metros, terrenos cada 5 metros entrada de carros. Sonia fala que lei para loteamentos é importantíssima para a cidade, responsabilizar por até 5 anos após entrega, e a mudança acontece quando tem pessoas interessadas em promover mudanças, não o poder público. Espera poder contar com as contribuições para finalizar o Plano satisfatoriamente. Perguntado pelo professor Fernando sobre o prazo e novo gestor sobre continuidade dos trabalhos, Silmara esclareceu que nada se perde, vai continuar do ponto onde se parou dependendo a coordenação e assessoria do próximo gestor. Sendo o que tinham os participantes, Gervásio e Sônia agradeceram os presentes e deram por encerrados os trabalhos às vinte e uma horas pontualmente. Foi solicitado a mim Nileide T. Perszel, a redação da presente ata, que é precedida pela lista e assinatura dos participantes.